

Tribunal Administrativo “chumba” SUSTENTA e condena gestores, mas deixa escapar o verdadeiro beneficiário do FNDS: Celso Correia

- Dois relatórios do Tribunal Administrativo constataram uma gestão danosa de milhões de dólares no FNDS, o “saco azul” usado por Celso Correia para consolidar a sua influência no Governo e no Partido Frelimo. Mesmo com contas chumbadas, o FNDS voltou a fazer contratações suspeitas que deveriam ser travadas pela justiça. A desconhecida Terra Vital Consortium Proprietary vai facturar mais de 19 milhões de dólares para delimitar terras. Já a Verde Azul Consult, que em 2021 “ganhou” um concurso do FNDS no valor de 66 milhões de meticais sem preencher os requisitos exigidos, voltou a ser escolhida no mais recente concurso e vai facturar mais de oito milhões de dólares.



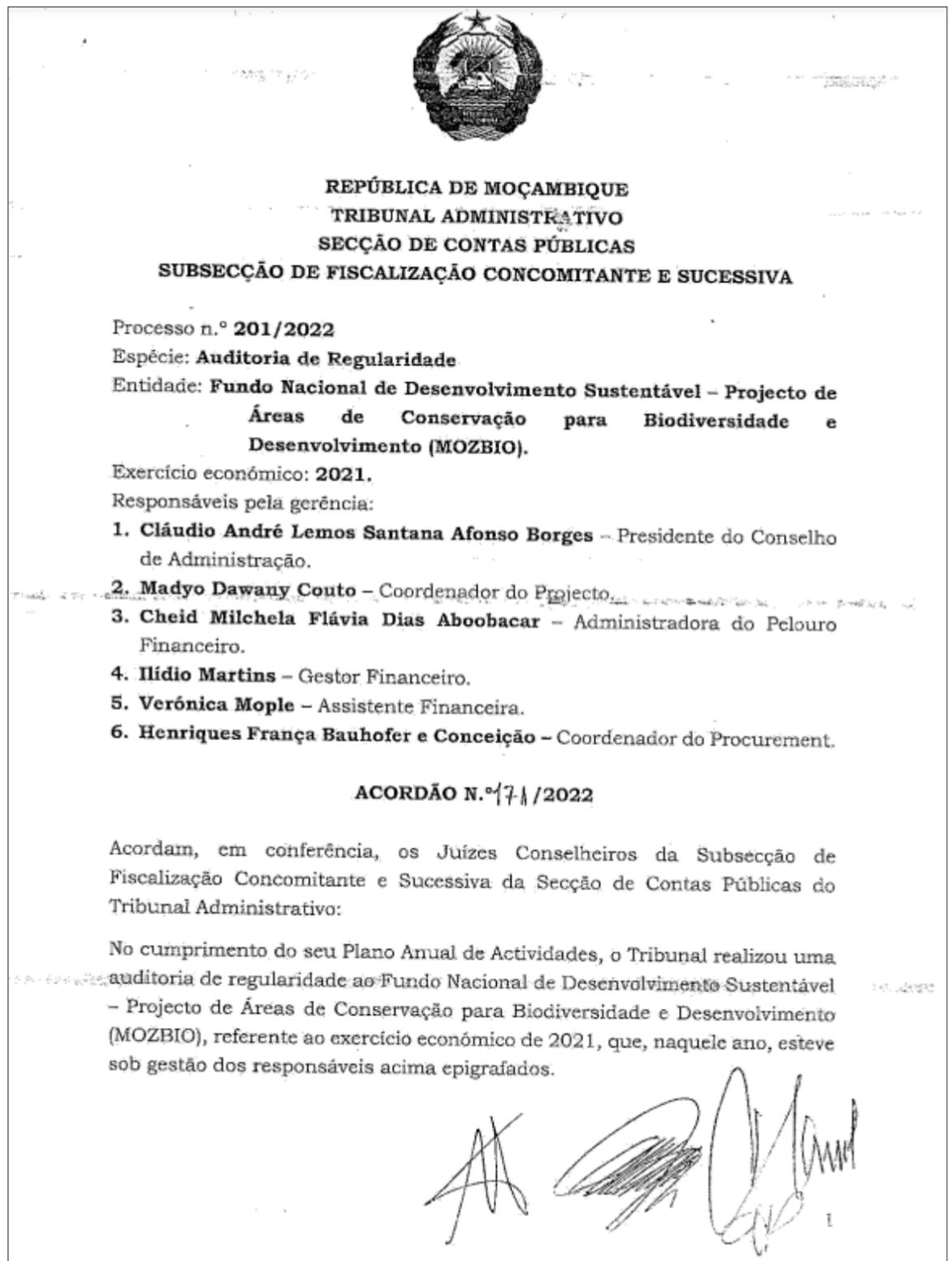
- As mais recentes adjudicações do FNDS que totalizam mais de 30 milhões de dólares enquadram-se perfeitamente na lógica de saque de fundos públicos nos últimos anos do mandato. Parte do dinheiro deverá ser usada para a campanha eleitoral e outra para a compra de consciência dos membros da Frelimo que em 2024 irão escolher o sucessor de Filipe Nyusi.

Quando em Março de 2020 o CDD tirou uma publicação¹ na qual anunciava que Celso Correia estava a levar o Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS) para o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), provavelmente muitos moçambicanos não perceberam o alcance dessa empreitada. Na mesma publicação, o CDD informou que o FNDS era, na altura, um dos principais canais governamentais de recepção da ajuda externa do Banco Mundial depois do corte do apoio directo ao Orçamento de Estado devido ao escândalo das dívidas ocultas.

Dados de 2017 - quando o FNDS ainda estava no extinto Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, indicam que só o Banco Mundial estava a injectar perto de 200 milhões de dólares nos projectos geridos pela instituição, através de subvenções, fundos fiduciários globais, empréstimos concessionais, pagamentos baseados no desempenho e a constituição de um novo Fundo Fiduciário de Doadores Múltiplos e Específico para Moçambique. O Fundo tinha uma actuação transversal que englobava energia rural, finanças rurais, água rural, estradas rurais, tecnologia rural, conservação, aterros (sanitários e industriais), novas centralidades, ordenamento do território, mudanças climáticas, terras, florestas e ambiente.

O vasto leque de áreas de actuação foi desenhado com o objectivo de impressionar os doadores a financiarem o Fundo, que rapidamente se transformou no "saco azul" usado por Celso Correia cimentar a sua influência no Governo de Filipe Nyusi e no partido Frelimo. No terreno, não há um único projecto implementado e/ou financiado pelo Fundo que possa servir de exemplo de sucesso e boa gestão. A narrativa de sucesso do SUSTENTA não resiste quando confrontada com os dados oficiais sobre a insegurança alimentar em Moçambique. Na Assembleia da República, o deputado da Renamo, Venâncio Mondlane, sempre exigiu a publicação dos relatórios e contas do FNDS, algo que nunca aconteceu. Afinal, o Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural sabia o que estava a acontecer.

E parte do que estava a ser escondido dos moçambicanos foi revelado recentemente através da divulgação de dois relatórios de auditoria do Tribunal Administrativo relativos ao exercício económico de 2021. Um in-



ciduiu sobre o Projecto de Áreas de Conservação para Biodiversidade e Desenvolvimento (MOZBIO) e outro sobre o Projecto de Gestão Integrada de Agricultura e Recursos Naturais (SUSTENTA). Os dois relatórios e contas têm em comum o facto de revelarem uma gestão danosa, com requintes de crime organizado. Os dois projectos são financiados pelo Banco Mundial e os fundos não passam pelo Orçamento do Estado.

Apesar da divulgação dos relatórios de auditoria mostrando gestão danosa de fundos públicos, o FNDS voltou a fazer adjudicações muito suspeitas. Em Abril último, o Fundo adjudicou cinco lotes do concurso para delimitação de comunidades e planeamento básico do uso da terra e emissão de certificados de delimitação comunitária a uma empresa suspeita no valor total de 19.401.978,00 dólares. Trata-se da Terra Vital Consortium Pro-

¹ https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/03/Gestao_do_Saco_azul_passa_para_a_Praca_dos_Herois_Celso_Correia_leva_fnfds_para_o_Ministerio_de_Agricultura_e_Developolvimento_rural.pdf

prietary, uma empresa que não existia antes do lançamento do concurso. Outra empresa que facturou mais de oito milhões de dólares é a Verde Azul Consult, que “ganhou” três lotes do mesmo concurso. A auditoria do Tri-

bunal Administrativo às contas do SUSTENTA do ano de 2021 constatou que a Verde Azul Consult foi contratada para prestar serviços de consultoria para a “regularização sistemática da posse de terra nas províncias de Zam-

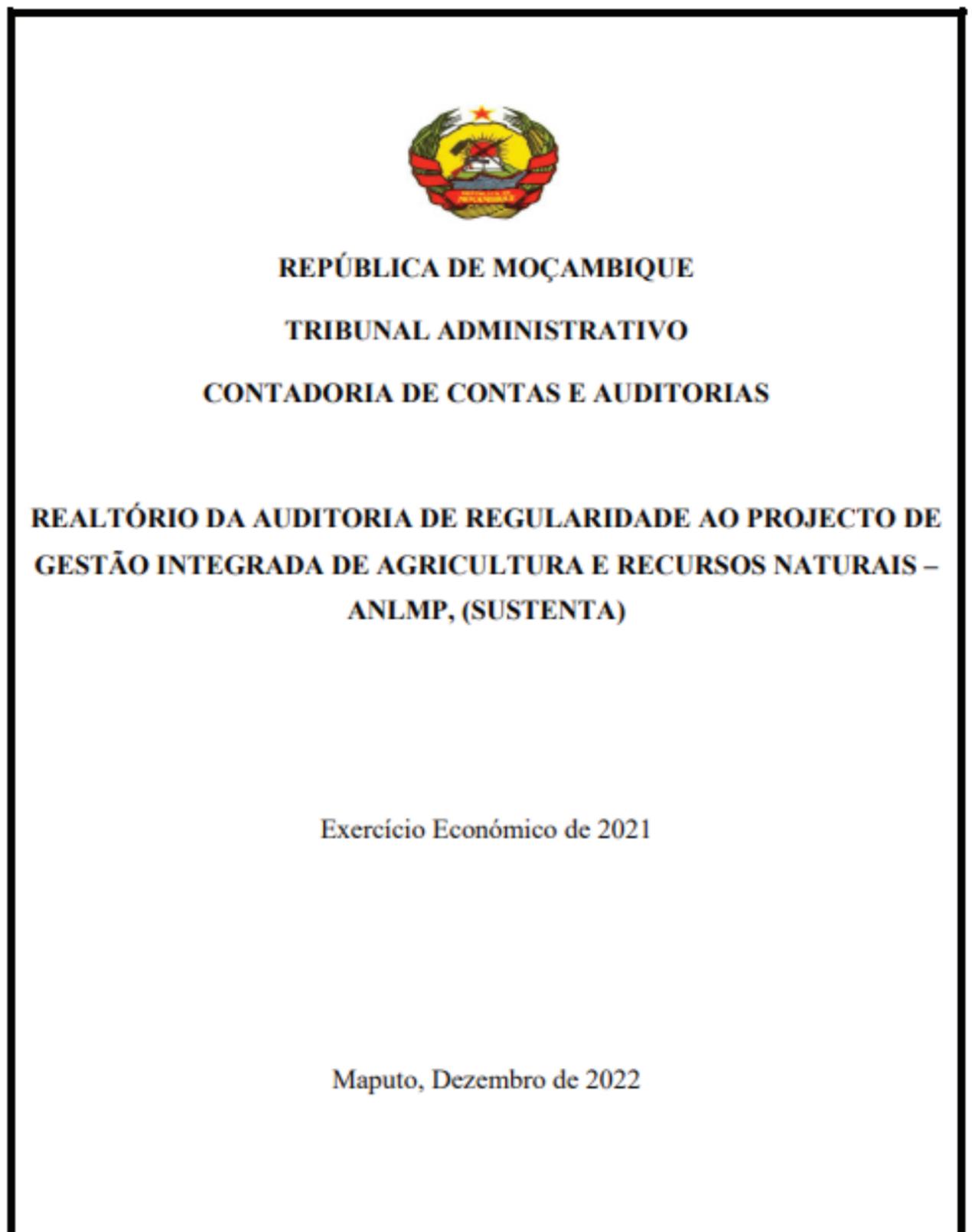
bézia e Nampula”, tendo recebido mais de 66 milhões de meticais. Mas a empresa não preenchia os requisitos exigidos. Mesmo com essa observação, o FNDS voltou a confiar na mesma empresa.

Gestores devem devolver 27 milhões do MOZBIO. E quem devolve o dinheiro do SUSTENTA?

No relatório e contas relativo ao Projecto MOZBIO, o Tribunal Administrativo decidiu responsabilizar os gestores do FNDS a devolverem o dinheiro resultado dos pagamentos indevidos, no valor de 26.805.148,80 MT. O valor corresponde a várias infracções financeiras, com destaque para o pagamento a mais de subsídios de ajudas de custo no valor de 21.381,49 MT; pagamento de honorários aos consultores sem a devida dedução de 20% do Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares (IRPS) no valor de 9.260.454,96 MT; pagamento de subsídios de combustível e comunicação aos gestores sem base legal no valor de 1.338.000,00 MT; celebração de uma adenda no valor de 5.949.518,39 MT que extravasou o limite legal e não teve o “no objection” do Banco Mundial; e celebração de uma outra adenda sem o “no objection” do Banco Mundial no valor de 10.228.713,96 MT.

O valor de 26.805.148,80 MT deve ser devolvido ao FNDS pelos gestores, nomeadamente Cláudio Borges, PCA do FNDS (6.000.000,00 MT); Maydo Couto, coordenador do Projecto (5.000.000,00 MT); Cheid Aboobacar, administradora do Pelouro Financeiro (5.000.000,00 MT); Ilídio Martins, gestor financeiro (4.000.000,00 MT); Verónica Mople, assistente financeira (2.000.000,00 MT); Henriques França e Conceição, coordenador do procurement (4.805.148,80 MT). Além da devolução desses valores, os gestores do FNDS e do Projecto MOZBIO foram condenados ao pagamento de multas que variam de 500.000,00 MT a 900.000,00 MT.

O SUSTENTA tem como objectivo integrar as famílias rurais na agricultura sustentável e cadeias de valores florestais na área do projecto e, no caso de uma crise ou emergência, dar resposta imediata e efectiva a essa crise ou emergência elegível. Este Projecto tem quatro componentes e está orçado em 100 milhões de dólares: Desenvolvimento de cadeias de valores agrícolas e florestais (58 milhões de dólares); Garantia dos direitos de posse da terra e aumento da resiliência dos recursos naturais (22 milhões de dólares); Coordenação e gestão do projecto (10 milhões de dólares); Resposta à emergência (10 milhões de dólares).



No relatório e contas, o Tribunal Administrativo identificou vários problemas de gestão e de falta de transparência, com destaque para a falta de identificação das matrículas das viaturas beneficiárias de combustível; Mecanismo de publicação das chamadas que não abrange todo o público-alvo; Encarecimento de despesas, e consequente incumprimento do plano do Projecto, motivado pela realização de despesas em meticais, com recurso a uma conta em dólares; Inexistência de plano estratégico do Projecto; Falta de evidências de aprovação dos projectos financiados; Falta de evidências de selecção dos Pequenos Agricultores Comerciais e Emergentes (PACE) com base nos critérios definidos no manual de operações; Falta de evidências que demonstram que os PACE possuem experiência em cadeias de valores; Facturas sem a inscrição “pague-se” e sem a chancela do coordenador; Cheques emitidos em nome dos colaboradores; Processos de despesas com falta de justificativos.

Mas há outros problemas graves constatados pelos auditores do Tribunal Administrativo que efectuaram visitas aos PACE no âmbito da auditoria. Por exemplo, não há acompanhamento dos PACE por técnicos especializados dos serviços distritais; as alfaías agrícolas que receberam não são adequadas para o tipo de áreas de cultivo; os tractores e camionetas que receberam não possuem títulos de propriedade nem livretes, sendo a circulação mantida com recurso a verbetes que na maioria estão fora de prazo; muitos beneficiários não receberam treinamento para manusear os equipamentos recebidos; os PACE receberam sementes deterioradas, fora do prazo e em quantidades incompletas. Na campanha 2020/2021, os PACE perderam a campanha devido à má qualidade da semente. Mesmo assim, o fornecedor (Casa do Agricultor) não reembolsou as sementes aos PACE, apesar do preço incluir o seguro.

Os auditores não encontraram evidências de que os PACE possuem experiência na área de agricultura, uma das condições exigidas para beneficiar do SUSTENTA. Da análise efectuada aos processos dos PACE verificou-se que da lista dos beneficiários entregue à equipa de auditoria não foram apresentados os respectivos processos de procurement. Esta constatação parece confirmar as queixas de que o financiamento do SUSTENTA beneficiou pessoas ligadas ao partido Frelimo, sem experiência na agricultura. Muitos PACE não conseguiram apresentar aos auditores do Tribunal Administrativo os pequenos agricultores com quem trabalham, nem os contratos assinados com os mesmos. O FNDS não faz a monitoria das actividades dos PACE e da rede de vendas após a campanha; não há registo da produção e das vendas realizadas pelos PACE.

Tabela 1: Grau de execução orçamental do Projecto SUSTENTA

Componentes	Designação	Valor previsto	Execução	Saldo
1	Desenvolvimento de Cadeias de Valores Agrícolas e Florestais	50.000.000,00 USD	39.236.982,33 USD	18.763.017,67 USD
2	Garantia dos Direitos de Posse da Terra e Aumento da Resiliência dos Recursos Naturais	22.000.000,00 USD	10.664.417,89 USD	11.335.582,11 USD
3	Coordenação e Gestão do Projecto	10.000.000,00 USD	11.224.950,07 USD	1.224.950,07 USD
4	Resposta à Emergência	10.000.000,00 USD	10.000.000,00 USD	-
TOTAL			71.126.350,29 USD	28.873.649,71 USD

Fonte: Relatório da auditoria de regularidade ao Projecto de Gestão Integrada de Agricultura e Recursos Naturais – ANLMP (SUSTENTA)

Referência do Concurso	Objecto do Concurso	Lote Nº	Valor e Moeda de Adjudicação, incluindo todos Impostos	Concorrente		
Público Nº 57/MLAND/NCS/2022	Delimitação de Comunidades e Planeamento Básico do Uso da Terra e Emissão de Certificados de Delimitação Comunitária (RDUATS) do Projecto MOZLAND (Terra Segura) - Fase II A	4	US\$ 3.225.000,00	TERRA VITAL CONSORTIUM		
		5	US\$ 3.262.500,00	TERRA VITAL CONSORTIUM		
		6	US\$ 2.913.915,00	GIS / TRANSPORT		
		7	US\$ 4.365.000,00	TERRA VITAL CONSORTIUM		
		8	US\$ 3.067.324,11	VERDE AZUL CONSULT, LTD		
		9	US\$ 3.056.250,66	VERDE AZUL CONSULT, LTD		
		10	US\$ 4.274.478,00	TERRA VITAL CONSORTIUM		
		11	US\$ 3.234.482,94	GEOMAPS/TOPMAP/ATOPOCOME		
		12	US\$ 2.912.221,15	GEOMAPS/TOPMAP/ATOPOCOME		
		13	US\$ 4.275.000,00	TERRA VITAL CONSORTIUM		
		Público 143/MLAND/NCS/2022	Delimitação de Comunidades e Planeamento Básico do Uso do Solo e Emissão de Certificados de Delimitação da Comunidade - Fase II B		US\$ 2.375.201,79	VERDE AZUL CONSULT, LTD
		Ajuste Directo Nº 23/FNDS/UGEA/S/23	Prestação de serviços de seguro automóvel de 90 (noventa) viaturas isentas de custos de franquia		MZN 6.130.931,47	COMPANHIA DE SEGUROS ÍNDICO, SA

A Entidade Contratante
Maputo, Abril de 2023

Consultores do SUSTENTA sonegaram cerca de 17 milhões MT em impostos

Mais do que uma responsabilização financeira, a gestão financeira feita pelo FNDS preenche todos os requisitos para ser tratada como matéria criminal. Há sinais bastantes de corrupção nas constatações do Tribunal Administrativo feitas no âmbito das visitas feitas às pequenas e médias empresas (PME) que trabalham com o FNDS. Por exemplo, a empresa SMAC recebeu perto de 16 milhões de meticais para desenvolver actividades em Namacurra, mas no terreno não há vestígio de equipamentos, insumos e construções realizadas.

A empresa ALIF Quimica Industrial recebeu do FNDS dois camiões avaliados em 14 milhões de meticais e um fundo de maneo de mais de 10 milhões de meticais. A equipa do Tribunal Administrativo não viu um dos camiões nem os comprovativos do valor do fundo de maneo usado para aquisição das sementes. A Ikuru, SA também beneficiou do dinheiro do FNDS. Os auditores apuraram um saldo de mais de três milhões de meticais, mas a empresa não conseguiu apresentar o comprovativo de que o dinheiro está no banco, conforme alegaram.

A 02 de Setembro de 2020 foi lançada a "Chamada de Manifestação de Interesse para os Candidatos ao Programa Sustenta, Campanha 2020/2021", nas províncias de Manica, Tete, Sofala, Zambézia, Nampula, Cabo Delgado e Niassa. Do contacto que a equipa do Tribunal Administrativo teve com os agricultores beneficiários, constatou que os mesmos não são envolvidos no procurement, na medida em que os fornecedores e as marcas do equipamento são pré-definidos pelo FNDS. Isso explica, em parte, o facto de os meios de produção distribuídos aos agricultores serem inadequados para as áreas de cultivo, bem como a distribuição de sementes deterioradas. Só na campanha de 2020/2021, os fornecedores eleitos do SUSTENTA receberam, no total, perto de mil milhões meticais (vide tabela 2).

Outra constatação tem que ver com a saída de valores para financiamento de empresas de turismo e agro-negócios, no valor 14 mi-

Tabela 2: Fornecedores do SUSTENTA no ano de 2021 e os respectivos milhões de meticais que receberam

Fornecedor	Valor (em MT)
Lonagro Mozambique, Limitada	141.500.000,00
Entreposto,Lda	125.823.257,32
Centrocar Moçambique Lda	325.263.181,71
Casa do Agricultor	228.814.793,86
Tata de Mocambique	13.480.000,00
MTM Máquinas e Tractores Moçambique	51.600.610,00
Amade Shar Farhad Hassam	14.000.000,00
Carguel e Servicos,Lda	18.600.000,35
Total	919.081.843,24

Fonte: Relatório da auditoria de regularidade ao Projecto de Gestão Integrada de Agricultura e Recursos Naturais – ANLMP (SUSTENTA)

lhões de meticais, no âmbito de emergência da COVID-19, ciclones Idai e Kenneth. Estas actividades não estão previstas no acordo de financiamento. Há ainda milhões de meticais gastos em pagamento de ajudas de custo sem apresentação de guias de marcha, o que leva a crer que algumas pessoas recebiam dinheiro sem ter viajado. Por exemplo, em apenas três dias (05 de Maio, 20 e 25 de Outubro de 2021), o FNDS gastou mais de dois milhões de meticais em pagamento de ajudas de custos. Mas os processos de despesas não ostentam as guias de marcha nem os relatórios das actividades realizadas pelos beneficiários. Verificou-se ainda falta de requisições internas e externas, facturas, recibos e matrículas das viaturas abastecidas com milhares de litros de combustíveis comprados.

Foram celebrados contratos com as empresas Lintel Construções e Consinfra referentes à construção de pontões mistos sobre o rio Namihaha e reabilitação do regadio de Nintulo, nos valores de 7.762.132,04MT e 20.775.715,15MT, respectivamente. As duas empresas beneficiaram de um adiantamento de 20%, equivalente a 1.509.898,43MT e

4.155.143,12MT respectivamente. As obras deveriam ter sido entregues no mês de Junho de 2021, mas até Maio de 2022 as mesmas ainda não haviam sido concluídas. Foram realizados pagamentos, no valor total de 38.069.529,32MT, a favor de vários empreiteiros por alegadamente terem executado obras. Entretanto, apesar da solicitação dos auditores, não foram fornecidos os processos de procurement nem os relatórios de progresso.

A empresa de consultoria Verde Azul Consult foi contratada para prestar serviços de consultoria para a "regularização sistemática da posse de terra nas províncias de Zambézia e Nampula", tendo recebido mais de 66 milhões de meticais. Da análise feita ao processo de selecção, os auditores constataram que a lista curta devia ter em conta a experiência geral do consultor, experiência de trabalho em África e ter realizado trabalhos similares. Entretanto, para além de não preencher esses requisitos, a empresa Verde Azul Consult nem sequer constava da lista curta. Quase todos os trabalhadores do FNDS, com a designação consultores, sonegaram impostos no valor de aproximadamente 17 milhões de meticais.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beúla
Autor: Emídio Beúla
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

